

# **Escola e Família no Projeto Republicano: Educar a Mulher para Educar a Criança (1918-1938)**

*Geisa Magela Veloso\**

*School and family in the republican project:  
educating women to educate children (1918-  
1938)*

---

\* Doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

**RESUMO:** O presente estudo discute faces do projeto social de modernização e civilização da cidade de Montes Claros/MG. Tal projeto se inscreve no plano global de intensa mobilização da intelectualidade brasileira, que, nos anos 1920-30, trabalhou pela unificação do país e consolidação de uma cultura brasileira. Em Montes Claros, a mudança no eixo das discussões revela um deslocamento dos motivos que justificavam a intervenção do jornal Gazeta do Norte na vida das famílias. A partir de 1918, a apropriação de conhecimentos médicos era necessária ao desenvolvimento orgânico saudável das crianças. Já nos últimos anos da década de 1920 e primeiros de 1930, os conhecimentos pedagógicos visavam uma educação moderna, em que as crianças desenvolveriam sua iniciativa e curiosidade, como também a autodisciplina, o controle dos impulsos e a sublimação dos desejos egoístas para a construção do bem-estar coletivo.

**Palavras-chave:** Educação da mulher; disciplina; educação da infância.

**ABSTRACT:** *This historical research discusses facets of the modernization and civilization social project of the city of Montes Claros, State of Minas Gerais, Brazil. This project fits the overall plan of intense mobilization of the Brazilian intellectuals, who in the years 1920 and 30 worked for the unification of the country and consolidation of the Brazilian culture. In Montes Claros, the change in the discussion axis reveals a shift of the reasons that justified the intervention of the newspaper Gazeta do Norte in the families' lives. From 1918, the appropriation of medical knowledge was necessary for the organic development of healthy children. Already in the last years of the 1920s and early 1930s, pedagogical knowledge aimed at a modern education in which children would develop their initiative and curiosity as well as self-discipline, impulse control and the sublimation of selfish desires for the building of collective welfare.*

**KEYWORDS:** *Women's education; discipline; children's education.*

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão é resultante do doutoramento realizado junto à UFMG\* e tem por objetivo discutir uma faceta do projeto social de modernização, civilização e progresso da cidade de Montes Claros/MG. Tal projeto se inscreve no plano global de intensa mobilização da intelectualidade brasileira que, nas décadas de 1920-30, trabalhou pela unificação do país e consolidação de uma cultura brasileira. No contexto da cidade de Montes Claros, o movimento ganhou visibilidade pelo encontro de interesses do jornal *Gazeta do Norte* e da Escola Normal local.

Ao tomar o período de 1918 a 1938 como recorte temporal percebemos que, apesar das dificuldades de transporte e comunicação que separavam Montes Claros da capital mineira, Belo Horizonte, e de outros centros urbanos, a cidade não se isolou dos movimentos de mudança que ocorriam em Minas e no Brasil. Considerando as fontes documentais, atribuímos esse não isolamento ao esforço e trabalho de um grupo de intelectuais montes-clarenses, ligados à Escola Normal local e ao jornal *Gazeta do Norte*, que empenharam ações para seu desenvolvimento social, cultural e econômico.

Montes Claros foi emancipada em 1857 e, nas primeiras décadas do século XX, apresentava características típicas de uma pequena cidade de interior. Conforme o historiador montes-clarenses Hermes de Paula, em 1913, a cidade possuía 4.193 habitantes, a iluminação pública foi instalada em 1917, a canalização da água ocorreu em 1938 e o primeiro rádio comercial foi instalado em 1944. Afastada da capital mineira por 420 km de estradas praticamente inexistentes, o primeiro caminhão chega à cidade em 1920 e a estrada de ferro em 1926. Os jornais tinham vida curta e o funcionamento da sua Escola Normal apresentava-se bastante instável (PAULA, 1957).

A *Gazeta do Norte* é o primeiro jornal a circular de forma estável – fundado em 1918, encerrou suas atividades na década de 1960. Já a Escola Normal Oficial de Montes Claros foi criada em 1878 e instalada no ano seguinte, sendo extinta em 1905. Dessa forma, a cidade ficou sem escola de formação de professores até 1915, ano em que foi fundada uma escola livre, posteriormente equiparada (1925) e tornada oficial em 1928. A segunda

extinção da escola ocorre em 15 de janeiro de 1938, juntamente com as escolas oficiais localizadas em Diamantina, Campanha, Uberaba, Itabira e Curvelo.

Nesse contexto, focalizamos ações que visaram educar a mulher, considerada essencial na educação das crianças, mas que não detinha conhecimentos científicos requeridos pelos novos tempos. Na primeira seção deste artigo, discutimos o discurso médico-higienista e o papel da mulher na garantia das condições de saúde e higiene da criança. Na segunda, abordamos representações da mulher moderna e a parceria escola-família na educação das crianças, encerrando a discussão com as mudanças ocorridas no final da década de 1920, que apontam a construção de novas práticas educativas, que condenam os castigos e defendem a disciplina como processo de autocontrole da criança.

## **2. O DISCURSO MÉDICO-HIGIENISTA E O PAPEL DA MULHER NA HIGIENE E SAÚDE DA CRIANÇA**

No contexto da cidade de Montes Claros, o jornal *Gazeta do Norte* dedica atenção aos processos educativos no ambiente familiar e focaliza esforços para produzir a mulher moderna, preparando a base para educar as crianças. O jornal compreende a mulher como primeira educadora da infância, ao mesmo tempo que a desqualifica para essa educação, por considerar que lhe faltavam conhecimentos científicos para a tarefa. Apoiando iniciativas da Escola Normal local, o jornal assume papel eminentemente pedagógico, voltado para informar as mães sobre como deveriam educar seus filhos. Os discursos não negavam o papel das mães e das famílias, mas indicavam a urgente revisão de concepções e práticas.

As representações davam a ver a imagem da mulher forte e inteligente, mas que recebera uma educação preconceituosa e antiquada. Para a *Gazeta do Norte*, era necessário produzir a mulher moderna, capaz de perceber as transformações em curso e apropriar-se dos conhecimentos científicos. Assim, em 1918, o advogado e professor Honor Sarmiento manifesta sua surpresa e seu contentamento diante da solicitação de uma conferência médica. Surpresa, porque o pedido vinha de uma mulher, “comprovando

que tem espírito alevantado, intelligencia lúcida e sentimentos patrióticos”. Contentamento, porque a solicitação indicava que as mulheres deixavam de lado as “futilidades de vestidos, penteados, missas e namoros” (SARMENTO, 1918, p. 1).

As conferências realizadas na Escola Normal eram direcionadas às mulheres e visavam sua inserção no mundo moderno. Nessa direção, o professor Honor Sarmiento considera que as mulheres deveriam unir esforços,

(...) auxiliando-se umas às outras com a transmissão mutua dos conhecimentos práticos que cada qual adqueriu por leituras e por licções que lhes dá a observação intelligente; fugindo a tollos preconceitos que, de ordinario, tem herdado de uma defeituosa educação feita pela influencia dos escravos, dos feiticeiros sectarios, dos cegos de espírito, dos fanáticos religiosos, procurando seguir modernas doutrinas scientificas e sociaes (SARMENTO, 1918, p. 1).

Anos mais tarde, em 1925, o professor Leônidas Câmara se posiciona sobre o papel social da mulher, afirmando que, “(...) se a mulher conhecesse o seu valor, reformaria a sociedade” (CÂMARA, 1925, p. 2). “E reformaria para melhor porque a sociedade já não ignora a sua intelligencia do zelo que a mulher põe nas soluções dos mais complicados problemas; e a humanidade muito lucraria com a sua intelligente colaboração” (CÂMARA, 1925, p. 2). A mulher deveria ser educada e instruída, porque “(...) o nosso século, de grande intensidade de vida, já não tolera que parte da humanidade não participe das conquistas que a civilização vae fazendo no terreno da sciencia e da arte” (CÂMARA, 1925, p. 2). Ainda segundo o professor,

A mulher, antes de ser companheira do homem, deve ser, antes de tudo, um elemento activo para cooperar na marcha evolutiva da humanidade. O desprezo a que tem sido votada representa, na mesma época, um escárneo humilhante atirado ao espírito feminino, contra o qual protesta o bom senso dos homens de bem (CÂMARA, 1925, p. 2).

Por essa lógica, o papel da mulher era intrínseco à sua natureza. Em suas mãos, o “desvelo do amor” e a “sabedoria do carinho” eram instrumentos de fácil manejo, o que a tornava uma “educadora nata”, quer estivesse nas escolas maternas ou no âmbito da educação doméstica. No entanto, a condição de educadora não cabia a qualquer mulher, mas à mulher inteligente, capaz de sair do lugar subalterno a ela atribuído pelo homem. Além de preparar-se com os conhecimentos da ciência e das artes, a mulher deveria abandonar a posição do “sexo frágil”, conscientizar-se de sua força (CÂMARA, 1925, p. 2).

O progresso do nosso século reclama a socialização de todas as forças capazes de orientar a humanidade para um destino melhor e a mulher inteligente de nossos dias, e que não lembra em nada a cortesã de outros tempos, já vae compreendendo felizmente a sua posição na sociedade, fortalecida para as luctas em que terá de tomar parte. Ninguém se engane: a victoria será sempre da mais forte, e, si a mulher continuar a accetar o conceito de fragilidade com que o interesse do homem a baptisou condemnar-se-á, por se mesma, a uma escravidão perpetua. Não; a mulher já não é um objecto de luxo e ostentação da vaidade dos homens; ella tem também uma função a exercer, um destino a cumprir; e, si ainda não represente uma influência dominadora, é porque não tem sabido utilizar-se intelligentemente de seus amplos recursos. A mulher será invencível no dia que se conhecer a si mesma (CÂMARA, 1925, p. 2).

Vale destacar que essas representações produzidas em Montes Claros não estavam deslocadas do seu tempo, mas inseridas nas crenças e nos desejos de modernidade desse momento histórico. Para Le Goff (2003), a ideia da mulher moderna passa a ser um traço distintivo da própria modernidade.

Em Montes Claros, as estratégias para produção dessa mulher moderna organizaram-se em torno de dois eixos de ação. Eram apontadas as falhas cometidas pelas mães ao educarem seus filhos, ao mesmo tempo que disseminavam os modernos métodos educativos.

Em 1918, ano de sua fundação, o jornal *Gazeta do Norte* organizava suas ações pela lógica da denúncia e da campanha educativa, circunscrevendo sua missão ao plano da propaganda, da conscientização e da formação de opinião. O discurso do jornal, inicialmente destinado às famílias, acaba por assumir direcionamento mais específico, voltando-se para as mães e não mais genericamente aos pais. Em matéria assinada por Honor Sarmiento, o professor explicita o despreparo das mães, apontando que a falta de conhecimento gerava desatenção e descuido com a educação dos filhos:

Notamos, de muito tempo, o descaso com que olham as praticas de hygiene, o descapricho com que tratam os deveres domésticos, de forma especial e evidente, quanto às necessidades que tem as creanças para o seu desenvolvimento são, normal e robusto, descapricho que attribuímos à falta de conhecimentos que, é preciso adquiriram as mães de família (SARMENTO, 1918, p. 1).

A primeira da série de conferências desenvolvidas na Escola Normal foi proferida por seu diretor, Cícero Pereira, em julho de 1918, e teve por tema os defeitos da educação doméstica, sendo que a *Gazeta do Norte* salientou que o insucesso observado em grande número de crianças devia-se aos defeitos dessa primeira educação (GAZETA DO NORTE, 1918, p. 3).

Entre julho e outubro de 1918, a Escola Normal realizou outras conferências voltadas para a saúde, a saber: malária, moléstia de chagas, ancilostomiase, sífilis, higiene e saneamento moral. As temáticas revelam as concepções da época e a formação de homens produtivos para a sociedade dependia do cuidado com as condições de saúde e higiene, bem como da preservação de princípios e valores morais.

O jornal *Gazeta do Norte* compreende que a higiene não era mais “como antigamente”, vista apenas como um ramo da medicina; mas uma ciência em favor do homem, tomado como ser individual ou como integrante da coletividade. “Ella constitue por si só uma vasta sciencia, estudada em beneficio da espécie humana, velando pelo homem, em todas as phases de sua vida, ou se trate de seu ser, isoladamente, ou se trate da collectividade” (GAZETA DO NORTE, 1920, p. 1).

Essas discussões ocorridas em Montes Claros revelam preocupações desse momento histórico. Conforme Veiga (2004), no Brasil, o discurso médico foi instituído como ferramenta para salvar o país doente: “Doença que inviabilizava a produção de um projeto nacional e, por isso, precisava ser a população saneada, não somente na perspectiva física, como também mental” (p. 71). Deveria ser saneado o corpo, a inteligência, a sensibilidade, mas também o caráter; tarefa que começa nos lares, por uma nova mentalidade do povo brasileiro, que tem a saúde como condição para a modernidade e entende ser importante educar a criança, tornando-a educadora de seu meio de origem (VEIGA, 2004).

Para Lourenço Filho (1978), a questão médico-higienista integrou as preocupações que fundaram a Escola Nova. Em congressos internacionais em Nurember (1904), Paris (1904) e Londres (1907), as novas ideias relativas à preservação da saúde “na escola” e “por ação da escola” passaram a ser aceitas e aplicadas. Com o desenvolvimento da Biologia, foram produzidos conhecimentos sobre a criança, favorecendo aplicações técnicas importantes. Das indagações sobre a influência da hereditariedade, do meio ambiente, do efeito das moléstias sobre as crianças e do valor do ambiente doméstico e escolar surgiram as bases para a constituição da higiene escolar. Dessa forma, iniciou-se o estudo racional das construções escolares e de adaptação de mobiliário; defendeu-se a implantação de serviços médico-escolares; discutiu-se a questão da fadiga dos escolares, com reflexos na organização de horários, tempos de trabalho e recreio; e discutiu-se o valor dos exercícios físico (LOURENÇO FILHO, 1978).

O autor afirma, ainda, que o exame desses problemas firmou o lema de favorecer o desenvolvimento infantil, em que a normalidade do crescimento e o equilíbrio das funções passaram a figurar como objetivo fundamental da escola. Como consequência do valor atribuído às “primeiras idades” no processo evolutivo, surge a necessidade de maior coordenação entre a escola e a ação da família. Não bastaria uma medicina curativa – a pediatria –, mas uma medicina preventiva que difundisse conhecimentos gerais de profilaxia, puericultura e cuidados com a criança (LOURENÇO FILHO, 1978).

Estudos de Vidal (2001) acerca da reforma do ensino no Distrito Federal também revelam a importância da política higienizadora na escolarização da população, com difusão de princípios de uma vida sadia. Pelo



discurso médico, entendia-se que a emancipação do povo poderia ocorrer pela transmissão das noções de higiene, que evitariam a sua degradação física e moral. Já a higiene mental, seria obtida pelo respeito ao desenvolvimento infantil, adequando-se a tarefas e conhecimentos. Percebia-se, também, a preocupação em encaminhar as crianças para futuros papéis sociais: formar família e criar seus filhos dentro dos princípios higiênicos (VIDAL, 2001).

### **3. AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER MODERNA E A PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Em Montes Claros, no ano de 1923, a *Gazeta do Norte* redireciona suas ações – da denúncia aos problemas e propaganda dos benefícios da educação, o jornal passa a publicar artigos pedagógicos e transcrever conferências que visavam sensibilizar e educar. Se até o momento, o discurso direcionado às famílias visava eliminar o analfabetismo e produzir condições de saúde no ambiente doméstico, a partir de então o jornal focaliza a educação moral e a disciplina.

Ao analisar o movimento da Escola Nova, Cunha (2003) aponta para uma dualidade presente nesse período: indicar a responsabilidade dos pais na educação das crianças, mas afirmar o lugar dos professores, que possuíam conhecimentos para efetivar a educação.

Apresentava-se, assim, o sutil mecanismo normalizador que consistia em admitir os pais como co-responsáveis pela educação de suas crianças e, ao mesmo tempo, habilmente mostrar-lhes que os educadores profissionais é que detinham a última palavra; eles, e só eles, possuíam os conhecimentos científicos sobre a melhor maneira de conduzir crianças e jovens na direção correta, na direção daquilo que a sociedade requisitava (CUNHA, 2003, p. 458).

Cunha (2003) indica que, por não possuir conhecimentos científicos, a família devia enquadrar-se ou ser enquadrada nos princípios ditados pelo discurso

educacional renovador. Nesse empenho normalizador, a família era o alvo privilegiado. Nada de duradouro e produtivo poderia ocorrer na escola se não houvesse a receptividade dos procedimentos modernos no ambiente doméstico. Assim, as mães de família recebem chamamento para unirem-se à escola. Em tese, as medidas normalizadoras atingiram todas as famílias, independentemente da camada social a que pertencessem. No entanto, o ímpeto normalizador abateu com mais vigor sobre as mais pobres (CUNHA, 2003) que, segundo Gouvêa (2004), assumem um tom acusatório – os pais são incompetentes, não sabiam educar seus filhos e davam pouca importância à escola.

Nesse contexto, Araújo (2004) analisa a educação escolar como instrumento capaz de forjar a nação brasileira – o que implicava sua assunção pelo Estado, “(...) tendo em vista, naquele momento, as restrições progressivas à família na função de educar os filhos, cuja necessária especificidade era então própria dos profissionais do ensino, da educação” (p. 138).

O momento era favorável à escola. No entanto, os reformadores não negavam o papel educativo do ambiente doméstico. Assim, a ampliação das funções da escola não significava anulação da família, mas o estreitamento de suas funções que se tornam mais específicas. A especialização técnica, a industrialização crescente e as condições econômicas forçaram a mulher ao trabalho fora do lar, ampliando o papel da sociedade e atrofiando as funções educativas da família, por ser incapaz de atender a todas as solicitações e necessidades sociais, como afirma Cury (1978).

Em Montes Claros, Cícero Pereira, diretor da Escola Normal, critica a desarticulação lar-escola.

Andam muito separados, no Brasil, a escola, o lar e a sociedade. Esta separação é funestíssima. Resultado: o lar já não educa, apenas dá o comer e o vestido; – a escola, privada da indispensável cooperação do lar, já não educa também, apenas instrue; – a sociedade, não tendo por baluartes a escola e o lar, degenera-se, perde-se, aniquilla-se (PEREIRA, 1923a, p. 2).

Na direção da modernização das práticas educativas no lar, ainda em 1923, a Escola Normal cria a “Liga de Paes e Professores”. Para Pereira

(1923b), a necessidade da Liga era indiscutível, pois “ella aproxima e fraterniza duas famílias: a família do lar e a família da escola. Estabelece entre ellas o vinculo da cooperação e da harmonia. D’ahi a sua grande importância” (p. 1). Ao divulgar as reuniões da Liga, o diretor esclarecia que a atividade teria caráter inteiramente familiar, “(...) de modo a facilitar muito a conjugação de esforços, idéas e planos, tendentes todos a integrar na creança, no moço ou na moça, a mais perfeita educação physica, intellectual, moral e cívica”, pois “disso depende a felicidade social” (PEREIRA, 1923b, p. 1).

A Gazeta do Norte aprova a criação da Liga e coloca-se à disposição. Isso porque “(...) quem conhece a lucta dos professores para obter obediência dos alumnos, mal educados e negligentes, compreenderá o utilíssimo fim dessa cruzada bemdita” (GAZETA DO NORTE, 1923, p. 1). Ainda segundo o jornal,

Há alumnos que não aprendem, porque incorrigíveis e mal educados, desesperam os mestres que, finalmente, dedicam seus esforços a outros que desejam aprender. Esse inconveniente vem sempre da educação doméstica. Conjugados os esforços de paes e professores; será uma nova aurora que virá a raiar em nosso ambiente social (GAZETA DO NORTE, 1923, p. 1).

Nesse discurso, ficam evidentes as representações sobre a educação doméstica e escolar. Às famílias cabia construir a base da formação das crianças pela disseminação das noções morais; enquanto que ao espaço escolar estava reservada uma ampla função cultural, direcionada para os conhecimentos científicos. Ao formar a base moral, o lar possibilitaria a atuação dos professores.

Sem essa primeira educação, a educação doméstica, os professores nada poderão fazer, nada têm podido fazer, para bem dirigir e bem formar a alma e o coração da creança. É incalculável a enormidade do prejuízo moral como material, advindo da falta lamentável da educação doméstica! (PEREIRA, 1923a, p. 2).

Ainda em 1923 a questão, destacando-se a família como espaço de constituição da própria sociedade. Para Pereira (1923c), sem a educação doméstica nada de permanente poderia fazer a escola. “A casa paterna é a melhor das escolas, quando os pais, desde cedo, infiltram carinhosamente, pacientemente, constantemente, no terno espírito de seus filhinhos, os doces sentimentos e Obediência, Humildade, Respeito e Fé”. Isso porque: “casa de pae, escola de filho. Pae impertinente, filho desobediente” (p. 2).

Nessa cruzada, a Gazeta do Norte confere publicidade para ações do governo mineiro. Em 1925, destaca epelo às mães, enviado pelo Presidente de Minas, Fernando Mello Vianna, que sugere às escolas a criação da liga de pais e professores. Em matéria de Leônidas Câmara, o jornal ressalta a “alta visão de patriota e administrador”, que reconhece o “thesouro de ternura que tem guarida no coração da mulher brasileira” (CÂMARA, 1925, p. 2).

Nesse contexto, a Revista do Ensino, órgão oficial do Governo de Minas, também aborda a temática. Em sua primeira edição, em 1925, a revista publica artigo de Alceu de Souza Novaes, que destaca a “sabedoria” do Regulamento do Ensino, que fez menção às Associações de Mães de Família, em seu artigo 88. “Todos os decretos do mundo não bastariam para fazer de um analfabeto um civilizado”, sem que a pessoa tenha recebido a primeira educação no seio de sua família. “É que a mulher sabe educar pelo exemplo, pelo carinho, pera persuasão, tem o espírito de devotamento e sacrifício (...)” (NOVAES, 1925, p. 31). E mais, a formação do homem civilizado não descarta a medicina e os processos educativos desenvolvidos na escola. “Sem a família, a educação carece de base; sem a sciencia, carece de norma e de critério” (NOVAES, 1925, p. 32). Assim, o médico, a família e a escola se constituem como responsáveis pela educação física, moral e intelectual das crianças.

Em sua segunda edição, a Revista do Ensino publica o apelo do presidente de Minas. Para Mello Viana, “(...) a escola, prolongamento do lar, pouco fará sem as fortes inspirações da mãe de família”. Assim, criando e instruindo o filho em ambiente repleto de “altas palavras” e “gestos dignos”, a mãe favorece o despertar da inteligência e do coração, do impulso do dever, do sentimento da nobreza (VIANNA, 1925, p. 32).

A Revista do Ensino ainda aborda o amor e a compreensão dos pais como requisitos para orientar e conduzir a criança e destaca os bons

resultados que a parceria família-escola estava produzindo nos países cultos, especialmente a Alemanha, em que a questão era tratada de forma quase oficial (VIANNA, 1925, p. 207). Em 1926, a Revista publica artigo da “Revue Pédagogique”, de Paris, que considerava os pais como educadores naturais e insubstituíveis, responsáveis pela primeira educação das crianças (REVISTA DO ENSINO, 1926, p. 16).

Como se percebe, as discussões feitas em Montes Claros refletem posicionamentos e crenças desse momento histórico, em que o progresso técnico, a produção cultural e a educação integravam representações da modernidade pretendida para o Brasil.

#### **4. A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS: DA IMPOSIÇÃO DA DISCIPLINA AO AUTOCONTROLE**

Por acreditar na educação como dispositivo da modernização, em Montes Claros, a Gazeta do Norte e a Escola Normal desenvolvem ações para romper com práticas educativas arcaicas e revisar concepções das professoras e mães de família. Em relação à disciplina, nos primeiros anos da década de 1920, há um claro posicionamento em favor da autoridade no controle dos comportamentos, mas a Escola Nova defende o autocontrole e a liberdade da criança. A disciplina ocupa lugar central nas discussões, mas o espírito de modernidade e civilização considera inaceitável a imposição de disciplina por meio de práticas violentas e desprovidas de afeto.

Em conferência proferida em 1923, Cícero Pereira considerava necessária uma mudança significativa no ambiente doméstico, de forma que a “atmosfera moral do lar fosse saneada”. O diretor entendia que tanto os pais quanto os filhos estavam agindo inadequadamente e lamentava que os progenitores não ocupassem o lugar de modelo a ser imitado.

Infelizmente, vae ficando longe o tempo em que os filhos obedeciam, respeitavam, amavam, eram dóceis, humildes, feis. Hoje, o que se vê é tristemente doloroso: paes que maltratam os filhos; filhos que maltratam os

paes; paes que fazem impertinências e dão mau exemplo: filhos que desobedecem e seguem caminho do vício, da ociosidade, da perdição! (PEREIRA, 1923, p. 3).

O diretor entendia que essa situação de caos era conhecida por todos. “Mas ninguém lhe quer tomar a responsabilidade. E o Brasil vai fenecendo, a mungua de filhos que conheçam e que cumpram o seu Dever”. Em suas palavras: “O lar já não é aquella imagem desejável no Céu. Nelle se vêem discórdias, desharmonias, injustiças, prepotencias. Em vez do amor, o excessivo e intempestivo rigor. Em vez do carinho, que convence, os palavrões que escandalisam” (PEREIRA, 1923, p. 3).

Para Pereira (1923), a função de reformar os costumes e restaurar o respeito, a obediência e a disciplina só ocorreria quando os pais assumissem sua autoridade, sem prescindir do carinho, paciência e amor, pois o afeto era poderoso, abrandando o coração e produzindo docilidade.

Toda gente precisa ter uma auctoridade a quem obedeça. Para o filho ou para o estudante, a auctoridade é o pae, a mãe e a sociedade. O princípio da auctoridade é divino. Exige obediência e respeito, temperados por sentimentos de affecto e delicadeza (PEREIRA, 1923, p. 3).

Nas concepções de Pereira (1923), o lar era escola de energia e força de vontade, domínio próprio e firmeza. “A escola em que os puros prazeres da vida limpa, e os exemplos do amor, da virtude, do trabalho, da harmonia” estariam presentes e seriam os eixos estruturantes da educação dos filhos. “Seja o lar para elles um céu de encantos e atrações ineffaveis, no qual impére, como imagem de Deus, a auctoridade doce, carinhosa, benigna dos paes” (PEREIRA, 1923, p. 3).

Apesar de afetuosos, os pais não poderiam ceder aos caprichos e desejos dos filhos. Exercendo uma autoridade firme e inflexível, seriam modelos a ser imitados.

Nunca assistam os filhos qualquer discussão entre os paes. Nunca se lhes dê o funesto exemplo de uma

indignidade. Nunca se lhe grite. Nunca se lhe faça carranca. Nunca se lhe espanque com injustiça, ou com excesso. Nunca se lhes permita a ociosidade, a desobediência, o desrespeito, a desordem. Nunca se lhes consinta qualquer manifestação de maldade, ou de crueldade. Nunca se lhes permita a companhia ou o convívio dos maus (PEREIRA, 1923, p. 3).

Assim estruturada, a família construiria a base sobre a qual a escola ergueria o edifício. Era inequívoco o papel educativo da família. Dos progenitores, esperava-se a orientação moral dos filhos e que “(...) a auctoridade do pae e da mãe seja inflexível, firme, doce e macia, como uma barra de ferro coberta de velludo”. Igualmente claros eram os resultados a atingir. Das crianças esperava-se obediência, humildade, respeito e fé. “Obediência prompta, completa, sem restrições. Humildade digna, sem baixeza. Respeito absoluto, intransigente. Fé inteiriça, sem vacillações”. Isto porque “(...) um coração assim forte é um verdadeiro escrínio de virtudes” (PEREIRA, 1923, p. 3).

De acordo com Pereira (1923), a educação deixa de basear-se nos castigos físicos e na violência contra a criança para apoiar-se na força do exemplo e afeto. O lar deveria adequar-se a uma nova sociabilidade: nunca permitir ociosidade e desordem, maldade e crueldade, comportamentos desrespeitosos e más companhias. Além disso, orientados pela ciência, os primeiros anos da década de 1930 presenciam um deslocamento nas representações disseminadas – da defesa de uma autoridade firme, inflexível e afetuosa do adulto os discursos passam a defender o respeito à individualidade da criança e o seu direito à liberdade. De uma disciplina produzida pelo controle externo e baseada na autoridade de quem educa desloca-se para a autodisciplina e o autogoverno. Educar deixa de ser ação que produz a obediência.

Para convencer pais e mães, em 1934, o diretor da Escola Normal, José Raymundo Netto, promove conferências pedagógicas. Citando João Toledo e Porto Carrero, o diretor aborda ideias provocadoras no intuito de impactar os pais, indicar seus erros, abalar suas crenças e conduzi-los à percepção dos malefícios advindos do excesso de rigor ou da superproteção da criança.

A educação no lar, tal como temos actualmente, é a verdadeira arte de perverter a criança; ali ou se busca inferiorizar a criança, zombando de sua menor força física e de sua menor capacidade intelectual, ou se lhe leva demasiado auxílio, sob protestos dessa inferioridade (RAYMUNDO NETTO, 1934a, p. 2).

Conforme Raymundo Netto (1925a), os pais e a escola estavam diante de abordagens extremistas e equivocadas: de um lado, o excesso de rigor e controle que impedia a autonomia da criança; do outro, o excesso de liberdade que não favorecia a aprendizagem, porque a criança necessitava de orientação e direção. Para o autor, a Escola Nova “não está com os extremistas”, não considera a criança “como naturalmente má e só educável pelos meios coercitivos”. Também não pode abandonar a criança “(...) à sua própria Natureza para a consecução de um pleno e harmonioso desenvolvimento”. Isso porque “(...) a natureza do homem tende naturalmente para a ordem, a disciplina, o methodo, o governo de si mesmo, mas não marcha fatalmente para esses fins, tão almejados pela Civilização” (RAYMUNDO NETTO, 1934a, p. 2).

Para Raymundo Netto (1934a), a concepção filosófica da Escola Nova visava ao equilíbrio e à ação encaminhadora da educação.

E é esse ideal máximo da escola nova ou educação progressiva: – levar o educando, pela acção querida e vivida, a aquisição das mais altas virtudes sociaes: – coragem, paciência, lealdade, espírito de sacrificio, amor ao próximo, disciplina ou auto governo! (RAYMUNDO NETTO, 1934a, p. 2).

Para Raymundo Netto (1934a), a inteira liberdade gerava a permissividade, já a imposição rígida de limites produzia indivíduos alienados e escravizados, sem iniciativa e capacidade de conduzir sua própria vida. No primeiro formato de educação, a criança seria entregue à sua própria natureza, “à sua pura espontaneidade”, e o resultado seria “um ser caprichoso, rebelde, com prejuízo do caráter”. Já no segundo formato, submetida a um “regimem



de lei, imposta à viva força”, seria formado “um indivíduo de caráter servil, escravizado e que nunca se bastará a si mesmo”. Por esse motivo, “(...) é um crime contra a natureza e a psicologia da criança educada pelos castigos. É um erro, de consequências desastrosas, deixá-la entregue a si mesma” (RAYMUNDO NETTO, 1934b, p. 1). E, ao apontar os equívocos, questiona:

Como agiremos, então, nós os responsáveis pelo futuro de nossos filhos? Não haverá um terceiro termo em que lei e espontaneidade se combinem; em que a lei se torne espontânea, e a espontaneidade se structure em lei? (RAYMUNDO NETTO, 1934a, p. 2).

Em resposta aos seus questionamentos, o professor considera que os professores falhavam por adotar equivocadamente os princípios da “nova” educação ou por permanecerem arraigados aos erros cometidos pela “velha” educação. O processo educativo é guiado pela abordagem antiga e ignora “(...) a força dinâmica e evolutiva inerente à experiência da criança adotava o controle, a direção, a coação enfim, como indispensáveis para impelir a criança por determinados caminhos”. Dessa maneira, formavam-se pessoas dependentes e desprovidas de iniciativa. Citando John Dewey, “o pai da pedagogia moderna”, o professor Raymundo Netto (1934a) afirma que a “nova” educação, não sendo bem compreendida, enfrenta o perigo de considerar a ideia de desenvolvimento de um modo demasiadamente formal e vazio e esperar do “menino que ele desenvolva de seu espírito tal qualidade ou tal facto por si mesmo” (p. 2).

Para Raymundo Netto (1934a), as energias instintivas do ser humano poderiam ser canalizadas para finalidades produtivas e socialmente aprováveis. Segundo o autor, “Todos os instintos do homem, até mesmo os mais brutos, são susceptíveis de ser modificados, sublimados em benefício do próprio indivíduo e da sociedade” (p. 2). Contudo, essa modificação dos instintos não se daria pela imposição e opressão, devendo-se evitar que a criança fosse levada a fazer algo pela força. “É preciso evitar esta situação de luta, que dá a sensação de um choque entre duas vontades!” (RAYMUNDO NETTO, 1934b, p. 1). Ainda para o professor, ao invés de aplicar castigos e impor a

autoridade, era necessário penetrar no mundo emotivo da criança, levá-la a querer o que o educador desejava, sublimar instintos e desejos, canalizá-los para outras realizações e empreendimentos.

Sublimar, ao envez de recalcar. A arte, na família, na escola e na sociedade é a estrada larga para todas as sublimações: – o canto, o teatro, canções populares, jogos, brinquedos, música, desenho, modelagem, jardinagem, trabalhos manuaes, construção, declamação, bailes, emfim, o culto da Natureza e de tudo o que é bello e sublime!... (RAYMUNDO NETTO, 1934b, p. 1).

Por essas publicações, a Gazeta do Norte compreendia que “(...) educar é ensinar a sublimar, mas sublimar no útil, não na phantasia improdutiva e perigosa”. Para Raymundo Netto (1934b, p. 1), “(...) educar não é ocultar o perigo: é ensinar a defesa ante o perigo”, também “(...) não é amedrontar, cultivar a angustia”, mas “ensinar a acção, que deve contravir às agressões do meio” .

A ação educativa não poderia prescindir da disciplina consciente e autônoma. “Como se vê, a finalidade é conseguir aos poucos a adopção do regime de autodisciplina, de autogoverno de sorte que as injunções de autoridade externa cedam lugar ao critério da autoridade interna fundamentada no sentimento de responsabilidade de cada um” (GAZETA DO NORTE, 1935, p. 3).

Em 1937, a Gazeta do Norte publica um artigo de Maria Geralda Gomes, aluna da Escola Normal, que destaca a necessidade de se conhecer as boas e as más tendências da criança, de forma a favorecer condições para desenvolver as primeiras e sublimar as últimas, integrando disciplina com liberdade. Para a normalista, a falta de conhecimentos sobre a Escola Ativa produzia outro equívoco – levava os professores a confundirem comportamento disciplinado com quietude, silêncio e passividade do sujeito. A “classe disciplinada” não era aquela em que “(...) os alumnos de braços para traz, ficavam prostados como estatuas, sem se mecherem nem falar, em completo silencio e imobilidade”. Esse tipo de educação produzia a

“aniquilação” do sujeito, “(...) por isso mesmo é que a educação na escola activa procura libertar, dirigir, desenvolver”. Nas palavras da normalista, o ideal era “educação sem coerção e sem liberdade desenfreada”, ter o “bom senso servindo de guia”, tomar o “meio termo de ponto de apoio”. Isso porque “(...) o que se deseja é uma liberdade disciplinada productiva, pois a verdadeira disciplina, disciplina fundada na liberdade deve ser necessariamente activa” (GOMES, 1937, p. 2).

Por serem importantes, essas questões foram discutidas pela Revista do Ensino, desde 1925, em que se defendia a ideia da liberdade e da disciplina como processos complementares, indicando a aplicação de castigos como prática opressora e não civilizada.

As representações indicavam a necessidade de rever práticas e concepções. A modernidade demandava por sujeitos civilizados, capazes de refrear seus instintos. Ao discutir o processo civilizador, Elias (1993) entende que os modelos de controle, pelos quais são moldadas as paixões, constituem-se como necessidade social e sofrem variações de acordo com a função e posição social do indivíduo.

A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidas, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento (ELIAS, 1993, p. 227).

A civilização é um processo em que a sociedade cria mecanismos de regulação, uma verdadeira “psicologização” dos comportamentos e das condutas individuais, modeladas pela vergonha, repugnância, medo e embaraço. Para Elias (1993), sem a influência desses medos criados pelo homem, a criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento, e “o jovem animal humano” nunca se tornaria um adulto merecedor do nome de ser humano. Por processo semelhante, a humanidade

de ninguém amadureceria se a vida lhe negasse suficientes alegrias e prazeres. Isso significa que “(...) a força motriz da mudança de auto-orientação individual foi fornecida pelas pressões surgidas do entrelaçamento entre muitas esferas de atividades humanas” (ELIAS, 1993, p. 268). Para compreender este jogo de forças no tecido social, não basta conhecer as metas racionais de autorizações e proibições, pressupõe entender os medos que induzem e controlam as ações, como também os guardiões de seus preceitos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo discutimos a missão educativa do jornal *Gazeta do Norte*, que estabelece parceria com a Escola Normal, visando à formação física, moral e intelectual das novas gerações. Apesar de afastada das grandes metrópoles, a cidade de Montes Claros se engaja no movimento de mudanças inscritas no projeto republicano de modernização. A partir de sua fundação, em 1918, o jornal assume o discurso higienista, conferindo visibilidade para as conferências médicas voltadas para a saúde. A partir de 1923, foram discutidos os defeitos da educação doméstica, a importância da mãe educadora, a necessidade de autoridade e respeito na relação adulto-criança, ao valor educativo e modelar das virtudes dos pais – temáticas consideradas como pontos de estrangulamento dos conhecimentos dos pais e da comunidade como um todo.

Já os últimos anos da década de 1920 e primeiros da década de 1930, por influência do movimento da Escola Nova, as práticas educativas dirigidas às mães passam a focalizar a pedagogia moderna. São apresentados os modernos métodos de ensino, valorizando a atividade, o trabalho e o interesse das crianças, sendo discutida a relação entre castigos, autoridade, iniciativa, interesse e curiosidade infantil.

Se inicialmente os pais eram desqualificados por não possuírem conhecimentos médico-higiênicos, essa desqualificação passa a se referir ao desconhecimento dos novos métodos e processos educativos. Na renovação proposta pela Escola Nova, os castigos foram questionados e a disciplina passa a ser compreendida como autogoverno, produzida pela atividade

interessada, pela motivação da criança e a orientação dos pais e professores. Na década de 1930, o lar continuou a ser compreendido como espaço educativo e o papel da família reconhecido, mas as mães precisavam adquirir conhecimentos científicos e revisar suas práticas. O jornal revela não apenas uma preocupação com a moralidade e o crescimento físico, mas inclui o desenvolvimento da criança em sua individualidade, como pessoa única e dotada de interesses e aptidões, capaz de exercitar sua liberdade e desenvolver mecanismos de autocontrole.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marta Maria. A educação tradicional e a educação nova no “Manifesto dos pioneiros”. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p. 131-146.

CUNHA, Marcos Vinicius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 447-468.

ELIAS, Norbert **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 2, 1993.

GAZETA DO NORTE. **Registro Social**. Ano I, n. 4, 1918.

GAZETA DO NORTE. **Hygiene**. Ano II, n. 98, 1920.

GAZETA DO NORTE. **Uma bella iniciativa**. Ano V, n. 254, 1923.

GAZETA DO NORTE. **Escola Normal Oficial de Montes Claros**: Sua organização no corrente anno – o problema de educação da mocidade feminina. Ano XVII, n. 957, 1935.

GOMES, Maria Geralda. Problemas de Educação. Liberdade e Disciplina se integram. **Gazeta do Norte**, ano XX, n. 1072, 1937.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores – as escolas normais mineiras no período imperial. In: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães et all. (Orgs). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2004. p. 260-264.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

NOVAES, Alceu de Souza. Associação das Mães. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte. Ano I, n. 1, 1925.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

PEREIRA, Cícero. Liga dos Paes e Professores. Sua grande importância. **Gazeta do Norte**, ano V, n. 254, 1923a.

PEREIRA, Cícero. Escola Normal – Liga de Paes e Professores. **Gazeta do Norte**, ano V, n. 253, 1923b.

PEREIRA, Cícero. A Educação e a Atmosphaera Moral do Lar. **Gazeta do Norte**, ano V, n. 260, 1923c.

RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Official. **Gazeta do Norte**, ano XVI, n. 925, 1934a.

RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. **Gazeta do Norte**, ano XVII, n. 926, 1934b.

REVISTA DO ENSINO. **A cooperação das famílias na educação**. Belo Horizonte, ano II, n. 15, 1925.

REVISTA DO ENSINO. **O que dizem as outras revistas**. Belo Horizonte, ano II, n. 16-17, 1926.

SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. **Gazeta do Norte**, ano I, n. 14, 1918.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto civilizador. **Revista Brasileira de Educação**, Anped, set./out./nov./dez. 2002. p. 90-103.

VIANNA, Fernando de Mello. As mães de família mineira. Pela instrução e pela educação moral da infância. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano I, n. 2, 1925.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.